

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 22 de agosto de 2012.

Edição nº 1003

Nesta edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	2
Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contratos.....	3
Concursos Públicos.....	4
Avisos de licitações.....	6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	6
---------------	---



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 2970/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro no artigo 198, inciso I do artigo 200 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Procedimento Administrativo de Sindicância Disciplinar para apurar conduta imputada a servidor de provimento efetivo dos Quadros de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam do expediente **SPU.PR.01055.00154/2012-0**, em tese, infringência ao dever previsto no inciso X do artigo 177, ficando sujeito à incidência das penas descritas no artigo 187 c/c artigo 188, todos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94.

2. Designar os servidores **Sandra Regina Andreatta**, ID 3424502, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, como Sindicante, e **Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto**, ID 3432157, Assessor Especial I, como Secretário.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 3006/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro no artigo 198, inciso I do artigo 200 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Procedimento Administrativo de Sindicância Disciplinar para apurar conduta imputada a servidor de provimento efetivo dos Quadros de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam do expediente **SPU.PR.00833.00250/2012-7**, em tese, infringência ao artigo 11 do Provimento 13/2009, e aos deveres previstos nos incisos III e V do artigo 177, ficando sujeito à incidência do artigo 187, todos da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94.

2. Designar os servidores **João Luiz Pinto Costa**, ID 3433226, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, como Sindicante, e **Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto**, ID 3432157, Assessor Especial I, como Secretário.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 3024/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no artigo 203 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** do Procedimento Administrativo de Sindicância, **SPU.PR.00589.00104/2012-2**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 389/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

AUTORIZAR

- a servidora **ROSANE VERA MARQUES**, Bióloga, ID n.º 3426866, para, sem prejuízo de sua remuneração, afastar-se parcialmente de suas funções, por 06 (seis) meses, a contar de 01 de agosto de 2012, a fim de concluir o curso de Pós-Graduação em Biologia Animal, nível de Doutorado, junto ao Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na forma do Artigo 125 da Lei 10.098/94 e do Provimento n.º 42/2008, devendo retornar às suas funções normais ao término do referido curso, bem como comprovar, junto à Divisão de Recursos Humanos deste Órgão, a sua matrícula e frequência (PR.01327.00023/2009-5 - Port. 2827/2012).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 13 de agosto de 2012, o servidor **FELIPE GUIZZARDI**, ID n.º 3450708, do cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão, em virtu-



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de agosto de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1003

de de posse em cargo público federal (Port. 2961/2012).

NOMEAR

- FLÁVIO FRANCO, para exercer o cargo em comissão de Assessor Superior II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 2957/2012).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, THIAGO SILVA OLIVEIRA, para exercer o cargo de Técnico de Áudio, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o décimo (10º) lugar na Classificação da Lista Geral de Habilitados (Port. 2959/2012).

- DIEGO VASCONCELOS NECTOUX, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I, CC – 07, deste órgão (Port. 2993/2012).

DESIGNAR

- a contar de 01 de agosto de 2012, o servidor EVANDRO RICARDO BONILLA SCHUSTER, Adido Polícia Civil, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 2978/2012).

- a contar de 01 de agosto de 2012, o servidor SALIMEN GIOVANI BALDUZZI PAVAN, Adido Polícia Civil, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 2979/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO 2766-0900/12-4

CONTRATADA: SISNEMA TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA.; **OBJETO:** aquisição de 04 (quatro) vagas para o curso "Treinamento Técnico Microsoft: MS6421 – Configuring and Troubleshooting a Windows Server 2008 Network Infrastructure", promovido pela empresa Sisnema Treinamento e Consultoria Ltda., que será realizado no período de 10 a 14 de setembro de 2012, nos turnos da manhã e tarde, com carga horária de 40 (quarenta) horas, em Porto Alegre/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 4.400,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e 2º, caput e §§ 1º e 5º da Lei Estadual n.º 13.179/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO CO. 26405

CONTRATADA: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A; **OBJETO:** renovação de 02 (duas) assinaturas anuais

do jornal "Pioneiro", pertencente à rede de jornais RBS – Zero Hora Editora Jornalística Ltda., para a Promotoria de Justiça da Cidade de Caxias do Sul/RS, deste Ministério Público Estadual Gaúcho; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.180,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 21 de agosto de 2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO CO. 26400

CONTRATADA: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A; **OBJETO:** renovação de 01 (uma) assinatura anual do Jornal Zero Hora, destinada à Procuradoria de Prefeitos, deste Ministério Público Estadual Gaúcho; **VALOR TOTAL:** R\$ 803,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 20 de agosto de 2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.26399

CONTRATADA: OLIVEIRA ROCHA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.; **OBJETO:** renovação de 01 (uma) assinatura anual da Revista Dialética de Direito Tributário para o acervo da Biblioteca desta Instituição; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.044,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 20/08/2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de agosto de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1003

APOSTILA

PROCESSO N.º 4545-09.00/08-8

PREGÃO N.º 19/08

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve **apostilar**, com fulcro no § 8º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, o Contrato de Prestação de Serviços, celebrado com Empresa Portoalegrense de Vigilância Ltda., que tem como objeto a prestação de serviços de vigilância em diversos locais no Estado, *para fazer constar que o valor mensal do Montante 'A', quanto aos Postos de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Gramado, reajustado, a contar de 1º de maio de 2012, em 7,08%, passa a R\$ 968,00 (novecentos e sessenta e oito reais), nos termos do disposto na cláusula terceira, do ajuste e na Convenção Coletiva de Trabalho registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob n.º RS001462/2012.*

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

E RATIFICAÇÃO

PROCESSO N.º 2749-09.00/12-9

CONTRATADA: DCO – DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA E OUTPLACEMENT S/S LTDA.; **OBJETO:** contratação de serviços de Coaching Executivo para o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça desta Instituição; **VALOR TOTAL:** R\$ 7.900,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 20/08/2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO N.º 1122-09.00/12-0

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/12

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, retifica a cláusula décima

primeira do Contrato de Compra e Venda – AJDG n.º 57/12, celebrado com a empresa Paulo Stasinski – ME, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 19/12, bem como o seu extrato, publicado no Diário Eletrônico deste Ministério Público Estadual de 05 de junho de 2012, para fazer constar que as despesas oriundas do mencionado ajuste foram alteradas e correrão à conta do recurso financeiro que segue: Órgão 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Elemento 3.3.90.39, Rubrica 3934, e não como constou em ambos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de agosto de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE
BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO DO QUADRO DE PESSOAL DE
PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE
JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 266/2012

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o concurso para o cargo de Bibliotecário Jurídico, Edital nº 170/2012, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 13 de junho de 2012, **RESOLVE:**

- I. **INFORMAR** que está disponível no endereço eletrônico da Unidade de Concursos Públicos (<http://www.mp.rs.gov.br/concursos>) consulta à homologação das inscrições dos candidatos, nos termos dos Capítulos IV e V do Edital Nº 170/2012.
- II. **INFORMAR** o resultado da análise do pedido de atendimento especial para realização das provas, conforme tabela abaixo:

NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO
CRISLAINE ZURILDA SILVEIRA	10368	DEFERIDO

- III. **INFORMAR** que todas as inscrições encontram-se homologadas pela Comissão de Concurso.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

Dr. Marcelo Lemos Dornelles,
Presidente da Comissão de Concurso.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **TÉCNICO EM INFORMÁTICA – ÁREAS DE SISTEMAS, EQUIPAMENTOS, INTERNET/INTRANET E APOIO AO USUÁRIO** DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 267/2012

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o concurso para o cargo de Técnico em Informática – Áreas de Sistemas, Equipamentos, Internet/Intranet e Apoio ao Usuário, Edital nº 171/2012, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 13 de junho de 2012, **RESOLVE**:

- I. **INFORMAR** que está disponível no endereço eletrônico da Unidade de Concursos Públicos (<http://www.mp.rs.gov.br/concursos>) consulta à homologação das inscrições dos candidatos, nos termos dos Capítulos IV e V do Edital nº 171/2012.
- II. **SALIENTAR** que o candidato que teve a inscrição homologada na condição de deficiente atendeu aos requisitos objetivos do edital, sem prejuízo da avaliação médica a ser realizada quando da convocação, conforme item 10 do Capítulo V do Edital nº 171/2012.
- III. **NÃO HOMOLOGAR NA CONDIÇÃO DE DEFICIENTE**, em razão do não atendimento ao disposto no Capítulo V do Edital nº 171/2012-PGJ, as inscrições dos candidatos abaixo arrolados:

NOME	INSCRIÇÃO	MOTIVO	ÁREA
FAUSTO RAMOS PARÉ	10501	Não encaminhou Laudo Médico, previsto no item 5.1 do Capítulo V do Edital 171/2012.	Sistemas
WILLIAN BAUM	11142	Não encaminhou Laudo Médico, previsto no item 5.1 do Capítulo V do Edital 171/2012.	Equipamentos
LUIZ FERNANDO DA SILVA NUNES	11246	Não encaminhou Laudo Médico, previsto no item 5.1 do Capítulo V do Edital 171/2012.	Internet/Intranet

- IV. **INFORMAR** que os candidatos mencionados no item III deste Edital, cujas inscrições não foram homologadas na condição de deficiente, tiveram suas inscrições homologadas como candidato não deficiente, assim como todos os demais inscritos.
- V. **INFORMAR** o resultado da análise do pedido de atendimento especial para realização das provas, conforme tabela abaixo:

NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO	MOTIVO	ÁREA
TIAGO HEBERLÊ MOSSELINE	10397	DEFERIDO		Sistemas
PAULO RICARDO TESCH	11480	DEFERIDO		Apoio o Usuário
LUIZ FERNANDO DA SILVA NUNES	11246	INDEFERIDO	Falta de justificativa e comprovação médica para o pleito	Internet/Intranet

- VI. **ABRIR PRAZO** de 3 (três) dias úteis aos candidatos cujas inscrições não foram homologadas, bem como aos que obtiveram o indeferimento de atendimento especial para realização da prova, para apresentação de recurso, nos seguintes termos:

1. **Local:** Unidade de Concursos Públicos – Rua Gal. Andrade Neves, nº 106, 14º andar – Centro – Porto Alegre – RS.
2. **Datas e horários:** nos dias úteis, no período de 24/08 a 28/08/2012, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas.
3. Os recursos deverão ser entregues pessoalmente pelo candidato ou por terceiro com procuração.
4. Os recursos interpostos por procurador, com poderes e finalidade específicos, só serão aceitos se estiverem acompanhados do respectivo instrumento de mandato (não necessitando autenticação em cartório) e da cópia reprográfica do documento de identidade do procurador e do candidato.
5. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo determinado neste Edital, sendo considerada, para tanto, a



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de agosto de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1003

data do protocolo, bem como não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fac-símile (fax), telex, telegrama ou e-mail.

- Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão, sendo **entregues digitados ou datilografados e em 2 (duas) vias (original e cópia)**, contendo: nome completo do candidato, CPF, fundamentação lógica do pedido, data e assinatura.
- Para os casos de indeferimento do pedido de atendimento especial, o candidato deverá anexar Laudo Médico contendo a justificativa do pleito bem como a necessidade do atendimento especial solicitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

Dr. Marcelo Lemos Dornelles,
Gerente da Comissão de Concurso.

Aviso de alteração de Edital

Pregão Eletrônico n.º 37/2012 (Processo nº 002330-09.00/12-0) Comunico a modificação nas especificações do subitem 3.3 do Anexo II (Termo de Referência) do Edital, fundado no princípio da competitividade, mantendo-se inalteradas as demais condições, bem como a data de recebimento e abertura das propostas, uma vez que a alteração ocorre respeitando o prazo legal de oito dias úteis.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. O Edital, com as alterações, também pode ser encontrado na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

CARLOS ALBERTO SILVA JUNIOR,
Pregoeiro.

Aviso de Abertura de Pregões Eletrônicos

(01) Pregão Eletrônico n.º 54/2012 (Processo nº 002872-09.00/12-3) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Contratação de prestação de serviço de transporte rodoviário intermunicipal e intramunicipal de bens móveis (mobiliário e cargas em geral), em caminhão baú, incluindo os serviços de carga e descarga nos locais de origem e destino, de propriedade ou de interesse da Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, conforme Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 05/09/2012, às 09h. **Data e horário de início da disputa de preços:** 05/09/2012, às 10h.

(02) Pregão Eletrônico n.º 55/2012 (Processo nº 002873-09.00/12-6) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Registro de Preços de bebedouros de coluna, bebedouros de mesa e purificadores de água, válido por 12 meses, conforme Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 10/09/2012, às 09h. **Data e horário de início da disputa de preços:** 10/09/2012, às 14h.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

CARLOS ALBERTO SILVA JUNIOR,
Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 021/2012

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00868.00010/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, com a finalidade de apurar o possível ato de improbidade administrativa, em Município.



2) Inquérito Civil, nº 00765.00006/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, com a finalidade de apurar eventuais atos de improbidade administrativa, e ou infringência à legislação eleitoral, em Município.

3) Inquérito Civil, nº 00913.00007/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de apurar irregularidades na prestação de serviço e na concessão de aumento salarial, em Município.

4) Inquérito Civil, nº 00723.00008/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar repasses de recursos supostamente irregulares realizados pela Administração Pública a diversas entidades locais, em Município.

5) Inquérito Civil, nº 00858.00019/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, com a finalidade de apurar os fatos envolvendo a suposta inobservância das garantias constitucionais asseguradas no inciso LXIII do art. 5º da Constituição Federal, em Município.

6) Inquérito Civil, nº 00858.00020/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, com a finalidade de apurar fatos envolvendo, em tese, uso irregular de maquinário e funcionário de Departamento Público em área privada, com eventual configuração de ato de improbidade administrativa, em Município.

7) Inquérito Civil, nº 00852.00026/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar desvios do erário perpetrados por agente público anteriores ao ano de 2005, em Município.

8) Inquérito Civil, nº 00852.00029/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa consistente no desvio de vales transportes, em Município.

9) Inquérito Civil, nº 00782.00010/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, da Promotoria de Justiça de Gramado, com a finalidade de apurar possível prática de ato(s) de improbidade, com utilização de cargo público para obtenção de vantagem indevida, em Município.

10) Inquérito Civil, nº 00743.00004/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho, com a finalidade de investigar eventual direcionamento em editais de licitação de compra de veículos, em Município.

11) Inquérito Civil, nº 00743.00005/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades envolvendo o pagamento de horas extras a servidores, em Município.

12) Inquérito Civil, nº 00913.00008/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de

investigar eventuais irregularidades em concurso público, em Município.

13) Inquérito Civil, nº 00913.00009/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades na aquisição e entrega à população de medicamentos pela Secretaria de Saúde, em Município.

14) Inquérito Civil, nº 00864.00100/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Ricardo Lozza, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no processo de terceirização da saúde junto ao Pronto Atendimento, em Município.

15) Inquérito Civil, nº 00727.00006/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de Cacequi, com a finalidade de investigar a contratação de empresa do ramo de locação de banheiros químicos para utilização em eventos, em Município.

16) Inquérito Civil, nº 00918.00009/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de investigar possível caso de nepotismo, em Município.

17) Inquérito Civil, nº 00829.00013/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça André Felipe Camargo Alves, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no DAER, referente celebração de Termos Aditivos contratuais, em Município.

18) Inquérito Civil, nº 00917.00012/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar eventuais atos de improbidade administrativa, em Município.

19) Inquérito Civil, nº 00929.00033/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de apurar eventuais atos de improbidade administrativa, em Município.

20) Inquérito Civil, nº 00929.00037/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de apurar eventuais atos de improbidade administrativa, em Município.

21) Inquérito Civil, nº 00794.00008/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, com a finalidade de apurar eventuais atos de improbidade administrativa, em Município.

22) Inquérito Civil, nº 00887.00024/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, com a finalidade de apurar irregularidade na desafetação de área pública, em Município.

23) Inquérito Civil, nº 00917.00012/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar eventuais atos de improbidade administrativa, em Município.

24) Inquérito Civil, nº 00917.00011/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar eventuais



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de agosto de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1003

ais atos de improbidade administrativa, em Município.

25) Inquérito Civil, nº 00782.00011/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Antonio Metzger Képes, da Promotoria de Justiça de Gramado, com a finalidade de investigar possíveis atos de improbidade administrativa, em Município.

26) Inquérito Civil, nº 00806.00004/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de apurar responsabilidade de gestor, em Município.

27) Inquérito Civil, nº 00806.00005/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de investigar responsabilidade de gestor, em Município.

28) Inquérito Civil, nº 00765.00009/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa, em Município.

29) Inquérito Civil, nº 00856.00012/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça José Eduardo Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa, em Município.

30) Inquérito Civil, nº 00717.00017/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araújo, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa, em Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2012.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES.

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.